

de Resolução nº 41/85, do mesmo autor, aprovado por doze votos a um e Projeto de Resolução nº 42/85, de autoria do Vereador Walter de Benna Teixeira, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, marcou reunião ordinária, para quinta-feira, dia vinte e quatro, às dezesseis horas e iniciou a presente. E, para concluir, mandou que se lexassem esta Ata que, depois de lida, submetida a apreciação plenária, aprovada, não assinando, para que produza os seus efeitos legais.

Marf

Ata Vigésima Segunda Reunião Ordinária, do Segundo Período Ordinário, do ano de mil, novecentos e oitenta e cinco (1985), realizada no dia vinte e quatro de outubro do ano em curso.

As dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de outubro do ano de mil, novecentos e oitenta e cinco (1985), na presidência do Vereador Benna de Benna de Lima - Vice-Presidente e, com a ocupação de primeira e da segunda secretarias pelos Vereadores Amintoreo Ricci de Oliveira e Honório José de Aguiar, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo de Santo Agostinho. Às dezesseis horas e trinta minutos, compareceram a chamada nominal, os seguintes Vereadores: Agostinho Silva de Souza, Afonso Carlos de Carvalho Júnior, Manoel Antônio dos Santos Correia, Dirley Pereira da Silva, Genivaldo Xavier Neves, Amaro Condeiro Moraes, Sílvio Siqueira dos Santos Silva, Wilmar Monteiro e Sérgio Correia de Souza. Havendo o número regular, o Senhor Presidente, em exercício, em no-

na de Deus, declarou aberta a presente reunião logo após o Sr. Senhor Presidente, determinando a leitura do EXPEDIENTE, que contou do seguinte: Requerimento nº 145/85, de autoria do Vereador Diáley Pereira da Silva, veio expedido ofício ao Senhor Secretário Municipal de Fazenda, José Aníbal Silva, solicitando o envio a esta Casa, de cópia do Boi Municipal, como base na qual se efetua a emissão de carnês de Imposto Predial, Territorial urbano-PTU, para os Bairros de Botafogo, Graça e outros no 1º Distrito de Cabo Frio, Requerimento nº 146/85, do mesmo autor, veio enviado de ofício ao Senhor Secretário Municipal de Serviços Públicos, solicitando providências urgentes quanto ao estado de conservação das Ruas de Botafogo, Requerimento nº 147/85, do mesmo autor, veio enviado ofício ao Diretor Regional da PERJ na Região das Praças, Senhor José Bonifácio Ferreira Novellino, solicitando a implantação do Projeto "Uma Luz na Escuridão", para a iluminação do Bairro Remédios, no Bairro de Botafogo, 2º Distrito de Cabo Frio, Requerimento nº 148/85, do mesmo autor, veio enviado ofício à Direção da Autarquia Salimena, solicitando a realização da festa que atende ao Bairro de Botafogo, Projeto de Resolução nº 43/85, de autoria do Senador Quintarco Acopi de Oliveira, concedendo Título de Cidadão Cabofriense a Senhora Regema Célia Guitton Silva, Projeto de Resolução nº 44/85, de autoria do Vereador Octávio Raja Colagha, concede Título de Cidadão Cabofriense a funcionária Neuma Koelle Lunkada, Projeto de Resolução nº 45/85, de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, concede Título de Cidadão Cabofriense ao Senhor Antônio Carlos Eduardo Pires, Projeto de Resolução nº 46/85, do Pai do Vereador Alcides Ferreira de Souza, concede Título de Cidadão Cabofriense ao Senhor Augusto Fernandes de Oliveira e Projeto de Resolução nº 48/85, do mesmo autor, concede Título de Cidadão Cabofriense a Sra. Dulce do Costa Machado, Terminada a leitura do Expediente e, como primeiro orador inscrito, ocupou a tribuna o Vereador DILEY PEREIRA DA SILVA, iniciando sua fala sobre que estava colocando para apreciação do Plenário proposta

ção solicitando uma série de providências para a localidade de Botafogo, no zona rural do Município, dizendo que em virtude do local combativo que os moradores estavam preocupados principalmente com falta de transporte para o local, motivo de Requerimento de sua autoria, solicitando a reativação do linha de ônibus que atendia a comunidade, através do Município de São Pedro de Aldeia, e desativado a partir do momento em que passou para o controle de Auto Linhas Balmeira. Sabou que era uma junta reivindicação dos moradores de Botafogo a implantação de sistema de iluminação pública cuja viabilização era impedida pelo alto custo do Projeto fica na dependência direta de determinação superior através do gestor da Secretaria Regional da PERE, do Secretário de Urban. Energia através do Projeto "Uma Luz na Escuridão", motivo também do Requerimento de sua autoria. Ainda por Requerimento, disse que solicitava providências ao Secretário Municipal de Serviços Públicos, visando um trabalho de manutenção nas Ruas do Bairro de Botafogo, praticamente interrompidos e causando grandes transtornos a população. Abordou ainda Requerimento dirigido a Secretaria Municipal de Fazenda solicitando informações sobre o que considerava tributação das propriedades de Botafogo, que estavam pagando no INCRA, IPTU e que considerava um absurdo, mais um sacrifício para aquela comunidade encerrando e pegando sua fala e seguiu, fez um tributo ao Senador ANTONIO CARLOS DE CARVALHO TRINDADE, lamentando que o Senador Octávio Raimondinho tivesse votado contra o Requerimento de sua autoria que convocava o Secretário Municipal de Finanças a aprovar no Pleno do Conselho de Planejamento da Municipalidade para o ano de 1986, embora o Projeto Senador tivesse justificado seu voto dizendo que gostaria de votar favoravelmente mas a fazenda para atender a determinação do seu Partido, comunicando que o Secretário Municipal de Finanças compareceria a Câmara num Requerimento providente.

mente da Bancada do PFL/BA, o que considerava ser um compromisso de honra. Lamentou que o PFL/BA, principalmente o Vereador Genes Bueno de Figueiredo não viu um plano de Fuzuma como fator de vital importância para o Município, e que mesmo o raciocínio parecia ter o Senhor Prefeito Municipal, o que também é de lamentar. Comentando sobre Fuzuma o Vereador Antônio P. das P. do P. no mesmo Inimidade, explicou o fato de desconhecer que no Município não havia instalação na obra muitas vezes, e que não havia sido autorizado para exploração de comércios e atividades embora fosse a natureza da concorrência aberta no Município de acordo com o Edital nº 10/90 solicitando em seguida que o Senhor Prefeito Municipal tivesse a benevolência de entender as dificuldades e necessidades do Município e tentar cumprindo com os termos da concorrência, enfatizando que deveria ser aberta uma outra concorrência para o Município, tivesse um aspecto mais adequado quanto ao preço, prazo e qualidade. Solicitou providências quanto ao andamento da obra que se realizou obra de recuperação da pista do Rio da Gamboa, pelo mesmo termo, no entanto causando aos moradores do Bairro e que no mesmo empreiteiros da obra, não cada mão trabalhava com os trabalhos e culpa exclusiva do Município, visto não ter a licença necessária como havia sido acertado com a Prefeitura, o que considerava um desconhecimento dos moradores do Bairro da Gamboa, onde também tinha sua residência. Disse ainda que o comércio localizado na Rua da Gamboa, e ainda paisagem natural para o Bairro da Gamboa, Praia da Praia, seria grandemente prejudicada pelo entulho em que se encontrava a antena solicitando providências urgentes a autoridade municipal, encerrando sua fala. Logo após, ocupou a tribuna o Vereador ALCINEDES FERREIRA DE SOUZA, referindo-se ao promissário do Vereador Sinley Pereira da Silva, quanto a cobrança do IPTU na zona rural, disse que na reunião anterior já deu as explicações, que mais uma vez dizia que o IPTU para os lavadeiros era uma garantia para que não fossem expulsos da terra que ocupavam pelos grandes proprietários de terras no Município, e que haveria a tributação também

o INCRA era beneficiado, que a resolução tinha que sair de um
 órgão governamental, não de Prefeitura que apenas protegia
 os interesses de possíveis violações das pequenas propriedades
 das que ocupavam. Por conseguinte em seu discurso, elocando
 o Vereador Antônio Carlos Guimarães, disse que o Vereador de PSD
 naquele tempo não criticou o futebol profissional de Cabofreia,
 atacando o Senhor Prefeito Municipal, pelo simples fato de como
 tudo bem cabofreiemte então ulbrando com a possibilidade de no
 domingo a Associação Atlética Cabofreiemte se classificar por
 na Primeira Divisão de Profissionais do Estado, o que era por
 toitamente compreensível. Quanto a crítica do Vereador
 Álvaro da Gamboa, disse que o mesmo perpetrava em um in-
 gratidão, e que o Prefeito se reunia com os moradores do local
 juntamente com o Vereador Antônio Carlos Guimarães, não apenas
 para recuperar o piso da antena mas também para solucionar
 um grave litígio de terras na região, baseando até perigo de mor-
 te, e que o Senhor Barbosa proprietário de terras no local abra-
 vés do compromisso do Senhor Prefeito concordara em achar
 um caminho pacífico para os problemas e lamentava que o Ve-
 reador Antônio Carlos Guimarães omitiu tais fatos que eram de
 grande relevância para os moradores da Rua do Gamboão. Com-
 drou também que a morosidade das obras no Gamboão se devia
 as inúmeras dificuldades vividas pelo Município, que em ne-
 nhum instante a obra deixaria de ser entregue e que muito mais
 houveram uma atitude desrespeitosa do Senhor Prefeito com
 os moradores do Bairro. Quanto ao Prefeito Alair Corrêa foi anu-
 nunciado a presidência da Cabofreiemte disse que o cidadão Alair Corrêa
 exercera um direito inerente a qualquer pessoa do clube, e que o
 Prefeito era um dos fundadores da agremiação tendo dispensado
 as colocações avaldoras do Vereador Antônio Carlos Guimarães. Quanto
 a sua posição para Presidente da Banda 13 de Novembro disse
 que também era um direito seu como cidadão presidir uma entidade
 cultural no Município, e que muito a honrava visto por tam

Seu um dos fundadores da Banda Quanto não efetivação do
concessão vendida pela Banda para colocação de barracas
na ilha marítima disse que a Prefeitura na defesa dos seus in-
teresses não comercializou o documento visto que por equívoco
muito natural ocorreu descobriu-se posteriormente que a Empresa
se perpetuava como concessionária de toda ilha fitoárrea objeto do
concessão. O requer fez uma das papéis e Senador MAURO JOSÉ DE
ALVEIRO, iniciando sua fala disse que via evidências enfáticas no sentido
de que área contigua a Ilha de Orago, hoje entagada e em área que
tema criação de camarão, fosse dada em área criada no sentido
de que a vida voltasse ao local para benefício de uma grande comu-
nidade que vive da pesca de camarão e que o progresso aproxima-
mento da região estava procurando a mudança de pessoas para que
fossem transformadas em terrenos habitáveis, que tal processo
então ocorreu a partir da região de Porto de Paro com muitos
trechos da lagoa já aterrados, cercada por muros de cimento que
tinha em mãos documento expedido pelo FEEMA, a pedido da Associação
de moradores do local confirmando que havia a possibilidade de área
junto a ilha de Orago ser recuperada, existiam inclusive fotografias,
dizendo que evidências enfáticas no sentido de que a obra fosse realizada
a curto prazo e que de imediato entraria em contato com o FEEMA, vi-
são de sua visão ante a possível classificação do equipamento de Polí-
cristal para a Primeira Divisão de Futebol do Estado, dizendo que tal
foto seria de grande alcance para o Município principalmente no fu-
turo, trampolim para a realização de outros eventos importantes
em Cabo Jiru, iniciando sua fala Não havendo mais oradores imere-
tos e Senhor Presidente transportou os trabalhos a ORDEM DO DIA. Nes-
ta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Foram aprovados
os Requerimentos nºs. 145, 146, 147, 148/85, de autoria do Senador
Dirley Pereira da Silva. Foram encaminhados à Comissão de Comu-
nicação, Justiça, as seguintes Projetos. Projetos de Resolução nºs
45, 48/85, de autoria do Senador Antônio Carlos Almeida, 43/85, de au-
toria do Senador Antônio Carlos Almeida, 44/85, de autoria do Sena-

dor Octávio Raje Cabral e 46/85, do Livro de Vendas 9^o Pri-
 meiro de Feneira de Souza. Encaminhado à Comissão de Finanças
 Orçamento e Planejamento o Projeto de Lei n.º 99/85, contendo Men-
 sagem Executiva n.º 70/85. Apreciados os Pareceres da Comissão
 de Finanças, Orçamento e Planejamento, nos seguintes Projetos:
 Projeto de Lei n.º 138/85, contendo Mensagem Executiva n.º 80/
 85, Projeto de Lei n.º 134/85 contendo Mensagem Executiva n.º 93/85,
 Projeto de Lei n.º 140/85, contendo Mensagem Executiva n.º 94/85,
 Projeto de Lei n.º 141/85, contendo Mensagem Executiva n.º 95/85, Pro-
 jeto de Lei n.º 142/85, contendo Mensagem Executiva n.º 96/85, Projeto
 de Lei n.º 143/85, contendo Mensagem Executiva n.º 97/85, Projeto de Lei
 n.º 144/85, contendo Mensagem Executiva n.º 98/85, Projeto de Lei n.º 145/
 85, contendo Mensagem Executiva n.º 99/85, Projeto de Lei n.º 147/85,
 contendo Mensagem Executiva n.º 101/85, Projeto de Lei n.º 148/85 con-
 tendo Mensagem Executiva n.º 102/85, Projeto de Lei n.º 149/85, contem-
 do Mensagem Executiva n.º 103/85, Projeto de Lei n.º 150/85, contendo
 Mensagem Executiva n.º 104/85, Projeto de Lei n.º 151/85, contendo Men-
 sagem Executiva n.º 106/85, Projeto de Lei n.º 152/85, contendo Men-
 sagem Executiva n.º 107/85. Por último, foi aprovado o Parecer Fa-
 vorável da Comissão de Pedagogia Final ao Projeto de Lei n.º 146/85,
 contendo Mensagem Executiva n.º 100/85. Nada mais havendo a tratar
 o Senhor Presidente, marcou uma reunião extraordinária para
 dentro de cinco minutos e encerrou a presente S. para comutar,
 mandou que se lavrasse este Ato que, depois de lido, submetida
 à apreciação pleneária, aprovada por aclamação, para que produ-
 za os seus efeitos legais.

